



Estratégia
OAB

1º SIMULADO
2ª FASE DA OAB
XXVIII
EXAME DE ORDEM

DIREITO PENAL

PROF. IVAN MARQUES E
PROF. CRISTIANO RODRIGUES



DIREITO PENAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXVIII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estrategiaoab no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



[instagram.com/profcristianorodrigues](https://www.instagram.com/profcristianorodrigues)
[instagram.com/prof.ivanmarques](https://www.instagram.com/prof.ivanmarques)

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase em do XXVIII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você dar o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *Whatsapp* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Apolo, primário, brasileiro, casado, eletricista, residente na Rua Doze, 102, em Campo Grande-MS, foi preso em flagrante delito, em 15.12.11, pois teria se aproximado de um veículo, num semáforo da Av. Padre Alvim, em Campo Grande-MS e, quando ia sacar sua arma para anunciar o assalto, foi surpreendido por policiais militares, que suspeitaram de sua atitude. Autuado por infração ao art. 157, § 2º-A, I, c.c. art. 14, II, ambos do CP, teve sua prisão substituída pela medida cautelar de comparecimento mensal perante o juízo, para justificar suas atividades. Foi denunciado perante o Juízo da 4ª Vara Criminal e regularmente citado. Como não constituiu advogado, foi-lhe nomeado um defensor público. O Juiz proferiu despacho afastando a possibilidade de absolvição sumária, sem, contudo, ter concedido prazo para apresentação de resposta à acusação. Na audiência de instrução e julgamento, o acusado foi reconhecido pela vítima, Atena, que afirmou que ele se aproximou do veículo, mas que não percebeu que iria ser assaltada, até a intervenção dos policiais. Os policiais, ouvidos como testemunhas, foram firmes na narrativa do ocorrido, relatando a atitude suspeita do acusado e o encontro da arma sob suas vestes, depois da abordagem. No interrogatório, o réu confessou a intenção de praticar o roubo, pois precisava de dinheiro para poder comprar um bom presente de Natal a seus filhos. A arma que o acusado portava sob as vestes foi periciada e constatou-se tratar-se de arma de brinquedo. Encerrada a instrução e sem diligências a serem produzidas, o juiz abriu prazo para manifestação do Ministério Público, por escrito, que pleiteou a condenação do acusado nos exatos termos da denúncia.

Constituído advogado pela família de Apolo, você foi intimado em 25 de março de 2019 (segunda-feira) para apresentar a peça cabível. Redija-a, explorando a(s) tese(s) defensiva(s) pertinente(s) ao caso.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	OAB
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	 Estratégia OAB
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	 Estratégia OAB
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	 Estratégia OAB
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	 Estratégia OAB
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Ivan, ao sair de uma casa noturna localizada em Moema, na cidade de São Paulo, por estar sem carro e com o dolo de apropriar-se de um veículo, pede ao manobrista carro que não é de sua propriedade, levando-o embora. Dias após, o carro é descoberto na cidade de São Sebastião, abandonado. Com base na situação hipotética apresentada, responda, fundamentadamente:

- A) Ivan cometeu algum crime?
- B) Qual o foro competente para julgar uma possível ação penal?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	OAB
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Pedro, 30 anos de idade, casado, foi condenado à pena de 10 (dez) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do crime A, previsto na Lei n.º 0001/10, pena está fixada no mínimo legal cominada pelo tipo penal. No curso da instrução processual sobreveio a Lei n.º 0002/11, que elevou a pena-base do crime para 12 (doze) anos de reclusão. Após o trânsito em julgado da sentença condenatória, a qual manteve a pena fixada, entrou em vigor a Lei n.º 0003/12, que reduziu a pena mínima para 8 (oito) anos de reclusão. Posteriormente, no dia 24/04/2013 entrou em vigor a Lei n.º 0004/13, a qual excluiu referido delito do ordenamento legal. Atento ao caso narrado acima e com base somente nos dados que a questão dispõe e considerando que Pedro está cumprindo pena em regime fechado atualmente, responda fundamentadamente:

A) Qual lei deve ser aplicada no caso de Pedro e por quê? Qual a autoridade judiciária competente para aplicá-la? Fundamente.

B) Qual(is) a(s) consequência(s) jurídica(s) que decorre(m), ao processo, se for aplicada a lei indicada no item A?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	OAB
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Maria Joana, ao chegar à casa de sua filha, Francisca, deparou-se com seu genro, Cardoso, mantendo relações sexuais com sua neta, a menor F.M., de 12 anos de idade, fato ocorrido no dia 2 de janeiro de 2019. Transtornada com a situação, Maria Joana foi à delegacia de polícia, onde registrou ocorrência do fato criminoso. Ao término do Inquérito Policial instaurado para apurar os fatos narrados, descobriu-se que Cardoso vinha mantendo relações sexuais com a referida menor desde novembro de 2018. Apurou-se, ainda, que Francisca, mãe de F.M., sabia de toda a situação e, apesar de ficar enojada, não comunicava o fato à polícia com receio de perder o marido que muito amava. Na condição de advogado(a) consultado(a) por Maria Joana, avó da menor, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

- A) Cardoso praticou crime? Em caso afirmativo, qual?
- B) Francisca praticou crime? Em caso afirmativo, qual?
- C) Considerando que o Inquérito Policial já foi finalizado, deve a avó da menor oferecer queixa-crime?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

Marcinho, escrivão de polícia, durante suas férias, resolveu treinar tiros em sua chácara, localizada no interior de São Paulo. Para tanto, procurou um local afastado e deserto, próximo a uma mata. Verificando que no lugar não havia ninguém e ao ver o movimento de um vulto grande no meio da mata, Marcinho pensou se tratar de um animal selvagem e dispara contra ele, e acaba, sem querer, acertando Saulo, biólogo, que estava escorado atrás da árvore, após se perder na mata. O escrivão de polícia foi denunciado pelo delito previsto no artigo 129, §1º, II, do CP. Recebida a denúncia, o juiz determinou a citação do acusado, a qual se efetivou em 10/08/2016. Atento ao caso narrado acima e com base somente nos dados que a questão dispõe, responda fundamentadamente:

A) Procurado por Marcinho, no dia 11/08/2016, qual a medida judicial cabível ao caso, diferente do habeas corpus? Fundamente sua resposta.

B) Qual a principal tese que o advogado de Marcinho poderá desenvolver na peça processual indicada no item “a”? Justifique sua resposta.



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	OAB
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	